

ONU quer bloco latino - 9 DEZ 1989 - contra dívida externa

CÉSAR FONSECA
Enviado Especial

Manaus — Os governos dos países latino-americanos devem discutir seriamente a formação de um bloco latino para se fortalecerem mutuamente e garantir junto aos credores da dívida externa do Continente — que atinge 420 bilhões de dólares — uma renegociação pelo valor real de mercado, disse ontem, Augusto Ramires Ocampo, diretor regional para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento da América Latina e do Caribe — e candidato à Presidência da Colômbia, que chegou a esta capital para participar do 2º Encontro das Zonas Francas da América Latina e do Caribe (Azolca), realizada no Hotel Tropical.

Não haverá saída para as economias latino-americanas, destacou, se elas não criarem um bloco econômico, a exemplo dos países desenvolvidos, que estão se unindo em blocos regionais para garantir o crescimento econômico e a preservação dos seus mercados. “Se o continente latino-americano não se unir, será praticamente impossível superar a tragédia representada pelos 200

milhões de latino-americanos que vivem na pobreza absoluta”, disse. Com a criação de um bloco latino, destacou, será possível conseguir superar o problema fundamental do Continente: a sua dívida externa, que é a fonte principal da inflação e da manutenção do subdesenvolvimento, da fome, do desemprego e da permanente ameaça de desestabilização política que tal situação gera, de forma constante e persistente, condenando a América Latina a viver o drama permanente do radicalismo político e do populismo ideológico. “Através de um bloco latino, os países devedores poderão fazer valer a lei de mercado, que está desvalorizando a dívida do Continente, devido à impossibilidade concreta de ser paga”, afirmou.

A renegociação da dívida externa brasileira, feita pelo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, causou má impressão entre os representantes latino-americanos presentes à reunião da Azolca. O País deixou de negociá-la pelo seu valor real, deixando, dessa forma, de se beneficiar da desvalorização imposta pelo próprio mercado, durante a moratória,

paralelamente à renegociação da dívida pelo seu valor real. Augusto Ramires Ocampo defendeu que as taxas de juros reflitam a realidade: que durante os prazos de carência negociados não se pague nada do principal e que a dívida seja paga pelo limite máximo de 25 por cento do total das exportações de cada país. Atualmente, disse, 40 por cento do total das exportações são destinados ao pagamento da dívida externa. Manter-se nesse ritmo, alertou, é inviável e trará mais pobreza para a América Latina. Conseguir tais vantagens, no entanto, somente será possível através da integração continental via bloco latino. Nesse sentido, o representante da ONU e presidenciável na Colômbia disse que a nova Constituição brasileira significou importante avanço, pois ela contempla a formação de uma comunidade latino-americana.

EXPORTAÇÕES

Ocampo defendeu o fortalecimento das exportações latino-americanas, mas ressaltou que elas não deverão representar apenas, como acontece, hoje, transferência líquida de capitais para pagar os juros da dívida externa.